



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

069

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0178790-4**  
**COMARCA** : Recife – 4ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Edenilson Neves de Barros  
**APELADO** : Justiça Pública  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO SIMPLES. DELITO COMETIDO MEDIANTE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. IMPOSSIBILIDADE. APELO IMPROVIDO.

**I** – Para a configuração do roubo simples, a ameaça à pessoa da vítima não precisa ser feita de modo expresso, bastando, para tanto, que a intimidação praticada pelo agente seja suficiente para evitar a reação.

**II** – Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0178790-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18 de dezembro de 2009.

**Presidente**

**Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

070

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0178790-4**

**COMARCA** : Recife – 4ª Vara Criminal

**APELANTE** : Ednilson Neves de Barros

**APELADO** : Justiça Pública

**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**REVISOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

## **RELATÓRIO**

**Ednilson Neves de Barros** foi denunciado às fls. 02/04 como incurso nas penas do art. 157, *caput*<sup>1</sup>, do Código Penal, acusado de, mediante grave ameaça, ter roubado a Farmácia Pague Menos, localizada na Estrada de Belém, 147, bairro da Encruzilhada, subtraindo a quantia de R\$ 316,75 (trezentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos) e diversos desodorantes, fato este ocorrido no dia 07 de junho de 2007, por volta das 19:30 horas.

Concluída a instrução criminal, o apelante foi condenado por infração ao art. 157, *caput*, do Código Penal, à sanção de 04 (quatro) anos de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, e 15 (quinze) dias-multa, no valor unitário correspondente a 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo vigente à época do fato, como demonstra a sentença de fls. 219/225.

Inconformado, o condenado apelou da decisão de 1º grau (fls. 232), oferecendo suas razões recursais às fls. 245/247, alegando que não houve grave ameaça ou violência à pessoa, pugnando pela desclassificação do tipo penal a que fora condenado para a do art. 155,

### **Roubo**

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

**Pena** - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. (...)

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade: (...)

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

071

§ 2º<sup>2</sup>, do Código Penal, com a aplicação apenas da pena de multa, ou a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

O Ministério Público ofereceu contra-razões de apelação rechaçando as alegações ali contidas, pugnando pelo improvimento do recurso (fls. 256/259).

A douta Procuradoria de, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Patrícia de Fátima O. Torres, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso (fls. 262/264).

O recorrente encontra-se solto, tendo em vista que lhe foi concedido o direito de apelar em liberdade (fls. 224).

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 17 de *fevereiro* de 2009.

*Alderita Ramos de Oliveira*  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora**

<sup>2</sup> Furto

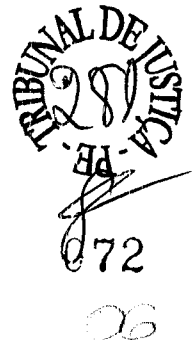
Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

**Pena** - reclusão, de um a quatro anos, e multa. (...)

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um (1/3) a dois terços (2/3), ou aplicar somente a pena de multa.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº: **0178790-4**

COMARCA : Recife -- 4ª Vara Criminal  
APELANTE : Edenilson Neves de Barros  
APELADO : Justiça Pública  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

### **VOTO**

Insurge-se o recorrente contra a decisão de 1º grau que o condenou pela prática do delito previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal, requerendo a sua desclassificação para a do tipo penal do art. 155, § 2º, do Código Penal.

A pretensão do recorrente não merece guarida.

Ouvida por ocasião do auto de prisão em flagrante, a testemunha Emerson Souza de Paula, caixa do estabelecimento assaltado, afirmou (fls. 11):

*"(...) que se encontrava de serviço na farmácia denominada Pague Menos quando aproximadamente às 19:00 horas, entrou na referida farmácia o autuado aqui presente, onde se dirigiu até ele e fez menção como se estivesse armado e pediu uma sacola e passou a colocar diversos desodorantes dentro da sacola, além de tomar o apurado do caixa, onde chegou mais de trezentos reais, daí saiu e pegou um táxi e foi embora pela Estrada de Belém, como se fosse para Olinda (...)"*

Interrogado em juízo, o apelante disse (fls. 105):

*"(...) que compareceu à Farmácia Pague Menos por volta das 18:30h, que pegou alguns desodorantes da prateleira e se dirigiu ao caixa, e lá chegando o interrogando disse à*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



073

operadora o seguinte: 'olha, não quero fazer nada com você, eu só quero o dinheiro do caixa'; que foi subtraído pelo interrogando 200,00 a 300,00 reais, além de cerca de seis produtos, e que não é verdade que estava possuindo arma (...)"

A testemunha Valton Brandão de Andrade, em juízo, asseverou (fls.190):

*"(...) que era corriqueiro os assaltos naquela farmácia; que o réu foi preso ao sair da farmácia pela 2ª Seção da Polícia Militar; que o réu mencionava estar armado, mas o depoente não chegou a ver a arma de fogo (...)"*

Como visto nos depoimentos supra, o conjunto probatório emanado dos autos imputa ao apelante, sem sombra de dúvida, a conduta descrita no art. 157, *caput*, do Estatuto Punitivo, seja pelo emprego de violência ao simular estar portando arma de fogo, seja pela ameaça ao funcionário do estabelecimento vítima para que entregasse o dinheiro do caixa.

Para a configuração do roubo simples, a ameaça à pessoa da vítima não precisa ser feita de modo expresso, bastando, para tanto, que a intimidação praticada pelo agente seja suficiente para evitar a reação.

Nessa linha de raciocínio, é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

*"(...) I - Para a configuração do crime de roubo é necessário haver o emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima. Entretanto, a violência não precisa ser de tal gravidade a ponto de ensejar lesões corporais, como nas vias de fato. Em outras palavras, a grave ameaça pode ser empregada de forma velada, pelo temor causado à vítima, o que leva a permitir que o agente promova a subtração sem que nada possa a pessoa lesada fazer para impedi-lo (...)"*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

074

(HC 105.066/SP, Relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 16/09/2008 e publicado no DJ de 03/11/2008);

**"PENAL. RECURSO ESPECIAL. ROUBO. APELAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES. VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA.**

*I - Hipótese em que não se questiona a dinâmica dos fatos, restando definido no v. acórdão guerreado, de maneira clara e ausente de dúvidas, que o recorrido, no momento da subtração do veículo, ameaçou atirar na vítima caso não ficasse quieta.*

*II - Para a configuração do crime de roubo é necessário haver o emprego de violência ou grave ameaça contra a vítima. Entretanto, a violência não precisa ser de tal gravidade a ponto de ensejar lesões corporais, como nas vias de fato. Ademais, a grave ameaça pode ser empregada de forma velada, configurando-se, isso sim, pelo temor causado à vítima, o que leva a permitir que o agente promova a subtração sem que nada possa a pessoa lesada fazer para impedi-lo. (Precedentes).*

*III - Dito em outras palavras, a grave ameaça é a violência moral, a promessa de fazer mal à vítima, intimidando-a, atemorizando-a, viciando sua vontade de modo a evitar uma eventual reação (Luiz Régis Prado in 'Curso de Direito Penal Brasileiro - Vol. 2', Ed. RT, 5ª edição, 2006, pág. 418). É necessário que a ameaça seja bastante para criar no espírito da vítima o fundado receio de iminente e grave mal, físico ou moral (Nelson Hungria in 'Comentários ao Código Penal - Vol. VII', Ed. Forense, 4ª edição, 1980, pág. 54). Não se exige, contudo, o propósito, por parte do agente, de cumprir verdadeiramente a ameaça, nem que ela possa ser cumprida, basta que, no caso concreto, ela seja idônea para constranger e intimidar o ofendido (Heleno Cláudio Fragoso in 'Lições de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 1', Ed. Forense, 11ª edição, 1995, pág. 20). Ainda, fatores ligados à vítima (v.g.: sexo, idade, condição social e de saúde, etc) devem, no caso*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal



075

*concreto, serem sopesados para que se possa aquilatar o grau de temibilidade proporcionado pela conduta do agente. Recurso especial provido."*

(REsp 951.841/SP, Relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 27/09/2007 e publicado no DJ de 12/11/2007 p. 292).

É o caso dos autos.

Com relação à dosimetria, não há nada a modificar, tendo em vista que a pena definitiva restou fixada no mínimo cominado ao tipo penal.

Cuido não ser possível, também, a substituição da pena privativa de liberdade, por restritiva de direitos, haja vista a vedação do art. 44, inciso I<sup>3</sup>, do Diploma Substantivo Penal.

Isto posto, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de justiça, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 18 de dezembro de 2009.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

<sup>3</sup> Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:  
I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; (...)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

|                     |   |
|---------------------|---|
| <b>PROCESSO Nº:</b> | <b>0178790-4</b>                        |
| <b>COMARCA:</b>     | <b>RECIFE</b>                           |
| <b>VARA:</b>        | <b>4ª VARA CRIMINAL</b>                 |
| <b>APELANTE:</b>    | <b>EDENILSON NEVES DE BARROS</b>        |
| <b>ADVOGADO:</b>    | <b>JOSÉ CARLOS MEDEIROS JÚNIOR</b>      |
| <b>APELADO:</b>     | <b>MINISTÉRIO PÚBLICO</b>               |
| <b>PROCURADORA:</b> | <b>DRA. PATRÍCIA DE FÁTIMA TORRES</b>   |
| <b>RELATORA:</b>    | <b>DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA</b> |

**VOTO REVISOR**

**Voto para NEGAR PROVIMENTO ao recurso,  
CONCORDANDO com os fundamentos  
apresentados pela Relatora, em todos os seus  
termos.**

Recife, 18 de 12 de 2009.

*Cláudio*  
**DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**  
**REVISOR**